

Resenha

Reciprocidades sem dialética?

Palavras-chave:

Marx; Weber; marxismo weberiano.

Key words:

Marx; Weber; Weberian Marxism.

Löwy, Michael. A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano. São Paulo: Boitempo, 2014.

Um dos temas mais polêmicos e problemáticos que rondam, como um espectro, as ciências sociais é, sem dúvida, o potencial das “afinidades” entre Marx e Weber. Não se trata de qualquer disputa, mas de conexões que trazem para o primeiro plano inúmeras polêmicas, entre possibilidades e impossibilidades.

Se as conexões Marx-Hegel e Marx-Feuerbach deixaram profundas marcas e ricas polêmicas, as conexões de Marx com Freud, Heidegger e Weber não ficam muito distantes. Nada distantes, na verdade.

O conjunto de questões que são implicadas pela conexão entre Marx e Weber é o centro gravitacional para o mais recente livro de Michael Löwy, que se destaca, antes de tudo, por apresentar aos leitores brasileiros uma retomada dos pontos de convergência entre os dois autores alemães.

A explicitação dessa convergência, no entanto, não se dá por meio de uma simples identificação direta. Sabendo das dificuldades existentes, importa ao autor destacar a fertilidade de uma “larga esfera de complementaridade” que ainda se mostra como um “campo aberto, que comporta muitas possibilidades inexploradas” (p. 137). São possibilidades que não eliminam certo sabor de aventura, marcada pela “experimentação, como exploração precária e arriscada de certas veredas escarpadas” (p. 137).

Se pudéssemos reduzir as discussões que rodam as conexões entre Marx e Weber, seria possível marcar duas posições óbvias, como ponto de partida apenas para situar os grandes traços do livro de Löwy. A primeira posição é aquela que nasce com o próprio Weber ao identificar Marx, em passagem muito conhecida, como o maior construtor de tipos ideais. Deste ângulo, e depois de Weber, as conversações não seriam apenas possíveis como também necessárias. Vários autores (como Adorno, Benjamin, Bloch, Lukács, Gramsci e outros, como os capítulos 4, 5 e 6 atestam) teriam visto em Weber uma necessária complementação a Marx ou, no mínimo, foram influenciados de algum modo por elementos weberianos. Isso se repetiu direta ou indiretamente muitas vezes no século XX, e ainda hoje é persistente em diferentes círculos, de diferentes modos. A outra posição está em profunda discordância com a primeira. Não apenas haveria uma divisão abissal entre os autores e seus projetos teóricos, metodológicos e políticos (o próprio Lukács teria essa posição em *A destruição da razão*, na qual Löwy vê um Lukács mais “ortodoxo”, cf. p. 115). A existência de elementos que expressam alguma convergência não passaria de atribuição superficial, comum entre muitos outros autores que se dedicaram aos mesmos temas – como, no caso, o capitalismo (tema do primeiro capítulo no qual a possibilidade de convergência é apontada por via da origem do capitalismo e de sua avaliação crítica). Isto se agravaria porque frequentemente o critério da convergência são passagens esparsas e, por vezes, muito gerais, dando pouco valor ao caráter unitário de cada elaboração em particular.

Michael Löwy não se insere diretamente em qualquer dessas posições; não é nenhum desses “tipos puros”, por assim dizer. O autor desenvolve a posição de que as divergências não são impeditivas e as convergências não estão plenamente dadas, prontas: daí as “veredas escarpadas”. No conjunto, o autor apreende que a fertilidade manifesta pelas “figuras do marxismo weberiano” mostra a unilateralidade da segunda posição acima porque, em síntese, “é incapaz de dar conta da complexidade das relações entre seus respectivos pensamentos” (p. 111). Mas é importante considerar a possibilidade de um “marxismo weberiano”, “uma provocação intelectualmente

produtiva, desde que não seja compreendida como mistura eclética de dois métodos, mas como utilização, a serviço de um modo de pensar fundamentalmente inspirado em Marx, de certos temas e categorias de Weber” (p. 112). A proposição de Löwy, em meio ao seu confessado “engajamento político anticapitalista” (p. 13) e ao peso de Weber em sua também confessada conversão como “sociólogo da religião” (p. 11), não é outra senão a de aproveitar o autor de Heidelberg para uma crítica aprofundada do capitalismo.

Levando adiante esse projeto, Löwy traz ao menos dois aspectos pouco explorados e que podem ser do interesse do leitor brasileiro. O primeiro aspecto importante, e que aparece no Capítulo 3 do livro em pauta, é ter explorado mais longamente as “afinidades eletivas” do que em texto anterior (cf. LÖWY, 1989). O próprio autor afirma que tal questão nunca recebeu a atenção devida na sociologia, restando poucos textos que a trazem para o primeiro plano, e nem sempre com a precisão requerida. A investigação demonstrada no capítulo, além de um “inventário dos usos” da *Wahlverwandschaft* (afinidade eletiva) nos textos de Weber, Löwy apresenta um esforço de síntese que revela, sobretudo, a distinção entre tais afinidades eletivas e as relações causais:

Como vimos diversas vezes, a afinidade eletiva, para Weber, não é uma relação causal. É claro que as análises causais estão bem presentes em *A ética protestante*, contudo, embora o autor pareça privilegiar ora o papel eficaz das causas econômicas, ora o das motivações religiosas, a orientação metodológica principal do livro não afirma nem a prioridade do fator econômico (“material”) nem a do religioso (“espiritual”), mas antes a congruência e a afinidade eletiva entre eles. (...) A *Wahlverwandschaft* permite, assim, a Weber evitar as explicações estritamente “materialistas” ou “espiritualistas”, que não lhe parecem aptas a dar conta da complexidade histórica das relações entre os comportamentos religiosos e econômicos. (p. 70)

Este ponto decisivo é base para a síntese, numa “tentativa de definição”:

A partir do uso weberiano do termo, proponho a seguinte definição: a afinidade eletiva é o processo pelo qual a) duas formas culturais/religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas ou b) uma forma cultural e o estilo de vida e/ou os interesses de um grupo social entram, a partir de certas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentido, numa relação de atração e influência recíprocas, de escolha ativa, de convergência e de reforço mútuo. (pp. 71-2)

O segundo aspecto importante aparece no Capítulo 4, referindo-se à relação entre o catolicismo e o capitalismo. O próprio Weber não teria deixado muitas questões sobre isto. Tal aspecto do livro em questão ajuda a iluminar essa relação ainda pouco desenvolvida, explicitando também o movimento oposto às “afinidades eletivas”, isto é, uma afinidade de caráter negativo.

Ao contrário daquelas ligações mais simples, segundo as quais haveria alguma hostilidade frente ao capitalismo, uma vez que o catolicismo teve a pobreza como componente nada desprezível, Löwy traz importantes elementos para mostrar que “aspectos da religiosidade católica que, segundo Weber, explicam o conflito com o capitalismo” (p. 76) são de ordem mais profunda e complexa. O ponto decisivo é este:

existe, na ética católica, uma aversão essencial e insuperável contra o espírito do capitalismo até, em certa medida, uma forma de “anticapitalismo”. (...) Em outras palavras, estamos em presença de uma inversão da *afinidade eletiva* (*Wahlverwandschaft*) entre certas formas da ética protestante e o espírito do capitalismo; existiria, entre a ética católica e o capitalismo, uma espécie de *afinidade negativa* [que não exclui] uma acomodação ou uma adaptação realista das instituições católicas ao sistema capitalista, sobretudo na medida em que ele cresce em força. (...) No entanto, continua profundamente inscrita na cultura católica – às vezes oculta, às vezes manifesta – uma aversão ética, ou uma “afinidade negativa”, em relação ao capitalismo (p. 83).

A maior prova disso seria, segundo Löwy, a existência de uma tradição católica anticapitalista, sobretudo a versão formada no “cristianismo da libertação na América Latina” (p. 92), também como expressão das circunstâncias concretas marcadas pelas mazelas sociais de uma região de capitalismo dependente.

Além desses dois aspectos – importantes de serem notados por destacarem os pontos de maior diferenciação –, o texto também suscita temas importantes para futuras pesquisas. O prefácio do livro sugere uma necessária investigação sobre o desenvolvimento de um marxismo weberiano no Brasil. Tal desenvolvimento teria dívidas com Florestan Fernandes e Maurício Tragtenberg, como nos informa o mesmo prefácio. O texto ainda abre possibilidades de estudos mais dedicados à influência de Max Weber no itinerário intelectual de muitos marxistas, como Walter Benjamin e G. Lukács, entre outros autores importantes e bastante visitados nos últimos anos. Muitos autores marxistas teriam sido atraídos por Weber, explicou Löwy ao lançar uma hipótese de trabalho, em razão de sua “argumentação [que] defende a renúncia a qualquer ilusão, a resignação heroica diante do destino” (p. 51). O próprio Löwy poderia, por força das coisas, ser tomado também por esta atração? O texto igualmente traz à baila consideráveis referências a pesquisadores que perpassam pela relação entre Marx e Weber, como Catherine Colliot-Thélène e Jean-Marie Vincent, entre outros, embora tenha deixado de fora muitos brasileiros (GERTZ, 1994; HIRANO, 1973; TEIXEIRA; FREDERICO, 2010; CARLI, 2013), bem como alguns outros estudiosos

internacionais do assunto (ASHCRAFT, 1977; KOCKA, 1986). Existem outras referências importantes para avançar nesta discussão, sobretudo no Brasil.

Não poderíamos deixar de comentar também os pontos mais polêmicos que o texto traz. O primeiro e, sem dúvidas, o mais importante é perguntar pela possibilidade que as afinidades eletivas guardam de capturar autenticamente as determinações de reflexão da realidade concreta. Essa comparação entre as afinidades eletivas e o movimento concreto poderia ser um ponto a ser desenvolvido com maior atenção. Temos em mente o problema dessas relações de reciprocidade no caso da ausência de um *momento preponderante* na relação, como as afinidades eletivas deixam entrever. Ora, o que, no movimento, daria o rumo, o sentido, se os pesos dos elementos em reciprocidade fossem precisamente os mesmos? Permitam-nos trazer dois comentários que ilustram bem esse problema. O primeiro é de Lukács:

claro que nessa relação entre determinações de reflexão tão ricamente articulada revela-se com toda evidência o traço fundamental da dialética materialista: nenhuma interação real (nenhuma real determinação de reflexão) existe sem momento predominante. Quando essa relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se ou uma série causal unilateral e, por isso, mecanicista, simplificadora e deformadora dos fenômenos, ou então aquela interação carente de direção, superficialmente rutilante, cuja ausência de ideia Hegel criticou com razão em seu tempo, mas sem encontrar solução para o problema (LUKÁCS, 2012, p. 334).

Não seria muito frutífero identificar as afinidades eletivas a uma orientação mecânica e unilateral, por motivos óbvios. A leitura dos capítulos de Löwy é muito proveitosa para evitar este tipo de ardil. Mas seria possível que, na reciprocidade das afinidades eletivas, falte precisamente o momento preponderante, mancando-as como um tipo de “interação carente de direção”? Tenhamos em mente o segundo comentário, de acordo com o qual “o momento preponderante tem por identidade a condição de elo tônico no complexo articulado das abstrações razoáveis, ou seja, é o outro nome da categoria estruturante do todo concreto, e por isso também da totalidade ideal, uma abstração razoável que se destaca sobredeterminando as demais com seu peso ordenador específico” (CHASIN, 2009, p. 135), sem que com isso a “reciprocidade ativa entre os momentos [seja] uma homogeneização das [múltiplas] determinações” (CHASIN, 2009, p. 133). Ora, é de se perguntar se a ausência de um momento preponderante no movimento próprio das coisas não daria um caráter arbitrário ao esquema da reciprocidade das afinidades eletivas sem elo tônico das múltiplas determinações. Este é decisivamente um ponto a ser desenvolvido.

Não poderíamos deixar comentar também, ainda nesse lastro, que a convergência entre Marx e Weber dependeu, na argumentação de Löwy, de dois movimentos. De um lado, aparece uma conversão de Max Weber em um profundo crítico dos “fundamentos” e da “natureza” do capitalismo (p. 35), a despeito de reconhecer suas posições ambíguas com relação ao próprio capitalismo ou mesmo tornar claro que “Weber não é nenhum adversário do capitalismo”, vendo-o como o “sistema econômico de longe o mais racional e eficaz” (p. 47). De outro lado, precisou dar a Marx uma forma um pouco controversa, ao ligá-lo peremptoriamente à crítica romântica do capitalismo (p. 32) e ao “benjaminizá-lo” (cf. p. 97), por assim dizer, afirmando, sem mais, que “no centro da análise marxiana da alienação está a ideia de que o capitalismo é uma espécie de ‘religião’ desencantada, na qual as mercadorias substituem a divindade” (p. 31). Nesse movimento, estabelece determinações não inteiramente incorretas, mas que guardam alguma problemática pela ausência de provas textuais e por desconsiderar a complexa dialética entre a forma política e o momento preponderante do amplo complexo social:

vemos sem dificuldade as implicações políticas dessa linha de interpretação histórica que, diga-se de passagem, enfatiza sobretudo o papel de fatores *extraeconômicos* – a intervenção da violência do estado – na gênese do capitalismo industrial (p. 19).

Como vimos, as análises de Marx sobre a acumulação primitiva do capital não insistiam na determinação econômica, mas, antes, de maneira muito explícita, no papel dos fatores *políticos* (p. 29).

O “como vimos” da segunda parte da passagem se refere à primeira parte da mesma passagem acima. E não há qualquer outro desenvolvimento a respeito do papel dos fatores políticos. Adicionalmente, qualquer leitor atento do Capítulo 24 de *O capital* não deixa escapar a participação ativa da dimensão política (de modo coercitivo) no processo de gênese do capitalismo e, inclusive, durante todo o processo de seu desenvolvimento posterior (atuando de outras formas, não necessariamente violentas, inclusive reconhecendo direitos etc.). Entretanto, a gênese do capitalismo não pode ser atribuída à sua forma política. Tampouco seu desenvolvimento posterior se deu a despeito dos movimentos do complexo econômico (expresso acima, num tom mecânico, como “determinação econômica”). Permitam-nos uma rápida digressão a respeito do caso clássico que aparece também no Capítulo 24: tenhamos em mente que a criação do *trabalho livre*, como ponto de passagem fundamental da acumulação primitiva e da constituição do capitalismo, deu-se em razão de um movimento na própria dimensão econômica. Sem dúvida o estado (agora burguês) foi importante na domesticação e na criação de hábito urbano-industrial na massa crescente de trabalhadores, mas ele próprio não foi imediatamente alavanca para a expulsão dos camponeses de suas terras. Isso em nada diminui o papel decisivo da esfera *extraeconômica* durante a gênese, na

consolidação e no desenvolvimento do capitalismo. Mas é também decisivo não pôr o resultado como condição de si mesmo. O movimento real passa, sem dúvidas, pela existência de uma formação de estado centralizado como anterioridade histórica ao capitalismo. Os movimentos na dimensão econômica, como (entre outras coisas) a expulsão dos camponeses das terras e a criação de trabalhadores “livres”, estabelecem as condições objetivas para o desenvolvimento da classe burguesa ainda isolada politicamente. A luta política da classe burguesa (que sugou a classe trabalhadora para o cenário político) resultou em sua supremacia política e agora, mais do que antes, o estado funciona como mediação para a consolidação do capitalismo porque tem a burguesia como a classe dirigente. Tenhamos claro que “o domínio político da classe burguesa emerge dessas modernas relações de produção as quais os economistas burgueses proclamam ser necessárias e leis eternas” (MARX, 1976, p. 319). Assim, aquela forma estatal como anterioridade histórica agora é posta sob forma alterada porque as condições objetivas de sua existência já estavam em progressiva transformação. Aquilo que foi um pressuposto para a gênese do capitalismo aparece agora como seu produto não passivo, quer dizer, como complexo político atuante sobre as suas próprias condições de existência e frente às quais tem um poder relativo. O desenvolvimento da classe proletária põe outra dinâmica nessa ordem de coisas de um movimento complexo que se estende até o presente estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Sobressalta-se, a partir disso, que é preciso retirar a dialética que Marx reproduz da realidade mesma e tornar Weber mais crítico do capitalismo para minimamente convergi-los. Löwy, como vimos antes, tem consciência deste perigo. Mas isso não o impede de comparar algumas passagens mais isoladas e ver nelas não apenas complementaridade como também alguma identidade. Não temos mais espaço para desenvolver esta questão, mas a deixamos entreaberta. Ora, se Weber chega relativamente às mesmas questões constatadas por Marx, sobretudo acerca do capitalismo, não é necessariamente indício de complementaridade. Antes, trata-se de reconhecer outra hipótese mais plausível e que explica também constatações objetivas feitas mesmo por um... Heidegger: a própria realidade cobra seu preço, à vista ou parcelado, até das formas burguesas de pensamento.

Sem ser um defensor de uma conciliação pura, claramente Löwy está mais próximo da convergência entre Marx e Weber do que daquela posição que, segundo ele, “é incapaz de dar conta da complexidade das relações entre seus respectivos pensamentos” (p. 111). Mas existe aí algo a ser também considerado: o estímulo primário de uma relação entre tais pensamentos só pode ser uma atribuição de quem pretende fazê-los se relacionar, uma vez que algo desta natureza não partiu de Weber, e menos ainda de Marx... O risco da arbitrariedade é muito grande sem um tratamento rigoroso da qualidade da leitura que Weber fez de Marx, para além das comparações de passagens isoladas, isto é, tomando a unidade do conjunto de seus itinerários particulares. Tentando evitar tal superficialidade e, ao mesmo tempo, ainda perigosamente atrelado a ela é que podemos capturar o interessante impulso de Löwy em fazer uma leitura marxista de temas e categorias weberianas sem cair num ecletismo ou combinação precária de “métodos”. Mais uma vez, Löwy tem clareza desse perigo. Por isso seu livro pode ser lido como um experimento de hipóteses de trabalho sobre os variados problemas que nascem desse território entre Marx e Weber. E todo cuidado é necessário para que “um modo de pensar, fundamentalmente inspirado em Marx, de certos temas e categorias de Weber” não se converta, quer se queira ou não, numa weberianização de Marx.

Referências bibliográficas

- ASHCRAFT, R. “A análise do liberalismo em Weber e Marx”. In: COHN, G. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.
- CARLI, R. *György Lukács e as raízes históricas da sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- CHASIN, J. *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- GERTZ, R. *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.
- KOCKA, J. Max Weber, der Historiker. Band 73, Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986.
- LÖWY, M. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Moralising criticism and critical morality: a contribution to German cultural history. Contra Karl Heinzen. *Collected Works*, v. 6, 1976.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. *Marx, Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Cortez, 2010.